

Título:

ATIVOS INTANGÍVEIS E VALOR ACRESCENTADO BRUTO – ANÁLISE DO SUBSETOR FABRICAÇÃO DE TÊXTEIS

Comunicação

Autores:

Agostinho Pereira ^a

Luís da Silva Ferreira ^b

Ricardo São João ^c

^a Professor Adjunto, Instituto Politécnico de Santarém, Complexo Andaluz 2001-904 Santarém, Portugal

Autor de contacto

^b Mestrado em Contabilidade e Finanças

^c Professor Adjunto, Instituto Politécnico de Santarém, Complexo Andaluz 2001-904 Santarém, Portugal

Centro de Estatística e Aplicações da Universidade de Lisboa – CEAUL

Centro de Investigação, Inovação e Desenvolvimento em Enfermagem de Lisboa (CIDNUR)

Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta (CEG-UAb)

Área temática: Contabilidade Financeira

Ativos Intangíveis e Valor Acrescentado Bruto – análise do subsector fabricação de têxteis

Resumo

A presente investigação tem como objetivo analisar a relação entre o Valor Acrescentado Bruto (VAB) e os Ativos Intangíveis no setor têxtil português (fabricação de têxteis), no período de 2010 a 2017, bem como a relação entre o VAB e a Investigação e Desenvolvimento (I&D).

A metodologia tem por base a análise inferencial, com particular incidência na análise bivariada (coeficiente de correlação linear de Pearson (paramétrico) e coeficiente de correlação de Spearman (não paramétrico)). Os resultados empíricos apontam para uma forte correlação entre o VAB e os ativos intangíveis no setor têxtil (fabricação de têxteis) em toda a sua dimensão bem como entre o VAB e I&D em toda a fileira, na fabricação de têxteis.

Conclui-se através da análise inferencial que as correlações são estatisticamente significativas, ou seja, que existe uma relação entre o VAB e os ativos intangíveis e entre o VAB e a I&D.

Palavras-chave: VAB, Ativos intangíveis, I&D, têxtil

Abstract

This research aims to analyze the relationship between Gross Value Added (GVA) and Intangible Assets in the Portuguese textile sector (textile manufacturing), in the period from 2010 to 2017, as well as the relationship between GVA and Research and Development (R&D).

The methodology is based on inferential analysis, with particular focus on bivariate analysis (Pearson's linear correlation coefficient (parametric) and Spearman's correlation coefficient (non-parametric)).

The empirical results point to a strong correlation between GVA and intangible assets in the textile sector (textile manufacturing) across the board as well as between GVA and R&D across the board in textile manufacturing.

It is concluded through inferential analysis that the correlations are statistically significant, i.e., that there is a relationship between GVA and intangible assets and between GVA and R&D.

Keywords: GVA; Intangible assets, R&D, textile

1. Introdução

Com o início da Organização Mundial de Comércio (OMC), em 1995, inverte-se a tendência protecionista registada no setor têxtil, que se verificava até 1995. Inicia-se o desmantelamento progressivo do Acordo Multifibras e a aplicação faseada do Acordo sobre têxteis, que liberalizou o comércio internacional do têxtil e levou à conclusão do processo em 1 de janeiro de 2005, entre os países da OMC. Em 2001 com a entrada da China na OMC o desequilíbrio comercial na Europa agravou-se, afetando negativamente as empresas nacionais. Entre 2001 e 2008 ocorreram outros fatores externos: a adesão de Portugal ao euro, o alargamento da União Europeia (UE) a Leste e a crise económica e financeira internacional, que contribuíram para uma intensa contração da atividade das empresas do setor têxtil nacional (Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE, 2018).

A partir de 2010 verificou-se uma forte recuperação da atividade industrial, baseada na conjugação de diversos fatores, especialmente, o *know-how* industrial, a inovação tecnológica, o design, a qualidade, a rapidez e flexibilidade, a fiabilidade, os recursos humanos especializados, a prestação de serviços de elevado valor acrescentado e uma estruturada e dinâmica fileira, organizada em cluster, apoiada por diversos centros de competências, o que permitiu um crescimento sustentado da atividade industrial (DGAE, 2018).

Presentemente, as empresas do setor dispõem de departamentos de I&D e áreas criativas, com designers têxteis e de moda para promover a inovação, ou colaboram com o sistema científico e tecnológico nacional - universidades e centros tecnológicos, de forma a possibilitar a transferência de conhecimento e de tecnologia para as empresas (DGAE, 2018).

Na comunicação da Comissão Europeia (2010), Europa 2020 Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, relativamente ao crescimento inteligente, refere que a Europa tem de atuar nas áreas da inovação, da educação, formação e aprendizagem ao longo da vida e da sociedade digital.

Na inovação, a despesa em I&D na Europa é inferior a 2%, contra 2,6% nos EUA e 3,4% no Japão, sobretudo devido a níveis inferiores de investimento privado. A Europa necessita de se centrar no impacto e na composição da despesa na investigação e de melhorar as condições de I&D no sector privado na UE, não tendo unicamente em conta os valores absolutos gastos em I&D (Comissão Europeia, 2010)

Desde o dia 1 de janeiro de 2010 que as empresas portuguesas aplicam o novo normativo contabilístico: o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), baseado nas normas do International Accounting Standards Board adotadas na UE, garantindo a compatibilidade com as diretivas contabilísticas comunitárias.

Neste contexto, considera-se pertinente a realização de uma investigação que permita averiguar se existe uma relação entre o VAB e os ativos intangíveis, no âmbito do setor têxtil português (fabricação de têxteis, divisão 13 CAE Rev. 3) após 2010.

A presente investigação tem como objetivo analisar a relação entre o VAB e os ativos intangíveis no setor têxtil português (fabricação de têxteis) no período 2010 a 2017.

A investigação encontra-se estruturada em seis seções. Na seção 1, apresenta-se o tema e objetivo da investigação. Na seção 2 efetua-se a revisão da literatura sobre VAB e ativos intangíveis. Na seção 3 introduz-se a metodologia de investigação e na seção 4 apresentam-se os resultados empíricos e a sua discussão. Finaliza-se o artigo com as conclusões (seção 5) e referências bibliográficas utilizadas (seção 6).

2. Revisão da literatura

Efetuamos nesta secção a revisão bibliográfica relativa ao VAB e ativos intangíveis.

2.1 Valor acrescentado bruto

O VAB representa o “Valor bruto da produção, deduzido do custo das matérias-primas e de outros consumos no processo produtivo” (Instituto Nacional de Estatística, INE, 2017).

Segundo o INE (2018: 2) “o PIB representa o resultado final da atividade económica das unidades institucionais residentes num determinado território, num dado período de tempo (tipicamente, um ano ou um trimestre). Esse resultado pode ser apurado segundo três óticas : Ótica da oferta ou da produção: o PIB corresponde à soma do valor acrescentado bruto (VAB), que é igual à produção dos diferentes ramos de atividade, valorizada a preços de base 1, deduzida do consumo intermédio necessário para a obter, acrescido dos impostos líquidos de subsídios sobre os produtos”.

De acordo com Gomes e Pires (2015: 900) “O indicador do VAB traduz a riqueza criada pela entidade no decurso do exercício”. O VAB pode ser calculado através da seguinte fórmula:

$$\text{VAB} = \text{Vendas e serviços prestados} + \text{Subsídios à exploração} \pm \text{Variação nos inventários da produção} + \text{Trabalhos para a própria entidade} - \text{Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas} - \text{Fornecimentos e serviços externos}$$

O VAB tem sido objeto de estudo, principalmente na área da economia, relacionando este tema com outros. Pereira, Vieira e Gomes (2017) concluem que o comportamento do VAB, varia consoante a estrutura económica dos setores e com influência das assimetrias de desenvolvimento regionais.

Correia e Costa (2016) constata um aumento significativo do VAB, na sequência da atribuição de fundos Europeus destinados a corrigir desequilíbrios regionais no tecido empresarial, incrementando a competitividade.

Aparaschivei *et al.* (2011) observaram impacto positivo e significativo entre VAB e investimento, no estudo sobre as atividades económicas como a intermediação financeira e a indústria na Roménia.

Bezic e Radic (2017) verificaram um impacto positivo na relação entre Investimento Direto Estrangeiro no setor do turismo e o VAB na Croácia.

Almeida (2018) concluiu por uma relação positiva entre transporte aéreo e desenvolvimento regional, resultando acréscimos de 1% no VAB e de 10% nos passageiros.

Figueira 2005 verificou um impacto positivo e significativo da formação profissional na produtividade dos trabalhadores do setor hoteleiro da Madeira, e a existência de uma relação positiva e significativa entre investimento em formação e VAB do setor, extensível a toda a economia da região.

Rodrigues (2012) conclui que o VAB das maiores empresas da fileira florestal em Portugal tem um contributo significativo para o PIB e Balança Comercial.

Vieira e Neira (2004) concluem que o investimento em I&D tem um efeito positivo e significativo sobre o VAB industrial e um incremento no desenvolvimento económico e social.

2.2 Ativos intangíveis

2.2.1 A relevância dos ativos intangíveis

O desenvolvimento de novas tecnologias e a competitividade entre empresas alterou profundamente a natureza dos investimentos realizados pelas empresas, e os investimentos em recursos intangíveis conquistaram um papel cada vez mais significativo.

Segundo Rodrigues (2003) as grandes alterações ocorridas no mundo dos negócios, como consequência da inovação desencadeada pelo investimento em intangíveis e pelas operações de aquisição, provocaram uma erosão na relevância da informação financeira fornecida pelas empresas aos stakeholders.

Segundo Cañibano (2018:1) “os ativos intangíveis são hoje os mais importantes geradores de valor de negócios e origem de vantagem competitiva”.

Os ativos intangíveis são importantes fatores de diferenciação, contribuindo significativamente para a obtenção de importantes vantagens competitivas (Kaio *et al.*, 2006).

Segundo Lopes (2009) os intangíveis na literatura contabilística são designados de ativos intangíveis, na literatura de gestão de capital intelectual e na literatura económica de ativos do conhecimento.

A criação de valor numa empresa deixou de depender apenas dos seus recursos financeiros e tangíveis, e os ativos intangíveis passaram a ter um papel fundamental na determinação do valor real de uma empresa (Cruz e Alves, 2013).

Nakamura (2010) salienta a menor importância atribuída aos ativos tangíveis e à produção em massa e maior relevância aos investimentos em ativos intangíveis baseados em novos produtos e serviços ocorridos nas empresas dos Estados Unidos.

De acordo com o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2006) verifica-se um crescimento e importância dos ativos intangíveis ou ativos intelectuais nos países com maior desenvolvimento económico.

Segundo a OCDE (2006) as empresas reconheceram atualmente a necessidade de investimento em ativos intangíveis, depois de tradicionalmente se terem focado nos ativos tangíveis, permitindo a obtenção de recursos diferenciadores capazes de sustentar o negócio por via da vantagem competitiva adquirida.

O investimento crescente das empresas em capital baseado no conhecimento superou o investimento em capital físico nalguns países, mesmo enfrentando os efeitos da crise global (OCDE, 2013).

2.2.2 Ativos intangíveis: características e classificação

Ativo intangível é um ativo (recurso controlado por uma entidade como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam benefícios económicos para a entidade) não monetário identificável sem substância física (Norma Contabilística e de Relato Financeiro, NCRF 6 § 8).

No § 8, da International Accounting Standards (IAS) 38 e no § 9 da NCRF 6 referem-se como exemplos comuns de itens englobados nos activos intangíveis os seguintes: *software* de computadores, patentes, *copyrights*, filmes, listas de clientes, direitos de hipotecas, licenças de pesca, quotas de importação, franchises, relacionamentos com clientes ou fornecedores, quota de mercado e de comercialização. Contudo, contabilisticamente nem todos os itens (activos) descritos podem vir a ser reconhecidos, isto é, nem sempre é possível assegurar as condições exigidas pelos normativos para o seu reconhecimento como

um activo nas demonstrações financeiras, onde constam os seguintes requisitos: identificar cada um desses elementos, assegurar o controlo sobre os mesmos, assegurar a possibilidade de através da sua posse gerar benefícios económicos futuros, e imputar-lhes um valor fiável (Rodrigues, 2003).

Perez e Famá (2006: 13) no tocante aos ativos intangíveis referem “pode-se pensar os ativos intangíveis como ativos de natureza permanente, sem existência física e que, à disposição e controlados pela empresa, sejam capazes de produzir benefícios futuros”.

Segundo Lev (2018, 388) os “ativos intangíveis são como todos os outros ativos, fonte de valor futuro que ao contrário dos ativos convencionais (p.e instalações, mercadorias ou inventários) não têm incorporação física.”.

A definição de ativo intangível tem em consideração os seguintes requisitos: identificabilidade, controlo sobre um recurso e existência de benefícios económicos futuros (NCRF 6, § 9).

Um ativo é identificável se for separável e resultar de direitos contratuais ou de outros direitos. A definição de um ativo intangível exige que seja identificável para o distinguir do *goodwill* (NCRF 6 §§12 e 11).

Quanto ao controlo, uma entidade controla um ativo se tiver o poder de obter benefícios económicos futuros que fluam do recurso subjacente e puder restringir o acesso de outros a esses benefícios (NCRF 6 § 13).

Os benefícios económicos futuros que fluam de um ativo intangível podem incluir réditos da venda de produtos ou serviços, poupanças de custos, ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade (NCRF 6 § 17).

De acordo com Lopes (2013) o normativo ao definir os critérios de enquadramento (identificabilidade, controlo, benefícios económicos futuros) e de reconhecimento (probabilidade de os benefícios económicos futuros serem atribuíveis ao ativo e fluírem para a entidade, bem como a fiabilidade na mensuração do ativo) incutem ordem e disciplina na prática contabilística.

Segundo Silva *et al.*, (2016) a identificabilidade está relacionada com a sua separabilidade face aos outros ativos detidos por uma empresa e, por isso, ser possível de realização independente da totalidade do negócio (ou *goodwill*). Um ativo intangível é identificável se puder ser separado da empresa e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, seja individualmente ou em conjunto, com um contrato, ativo ou passivo relacionado. Um ativo intangível também é identificável quando resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações. A separabilidade é uma condição indispensável, ainda que não suficiente para a identificabilidade de um ativo intangível (Silva *et al.*, 2016).

Para Silva *et al.*, (2016) o controlo do ativo intangível representa o poder de obter benefícios económicos futuros que fluam para a entidade e que o acesso ao mesmo possa ser restringido a terceiros (proteção através de direitos legais).

Para Cañibano (*et al.*, 2000) o controlo é a capacidade que a entidade possui para exercer os seus direitos, e a possibilidade de reclamar legalmente direitos ou serviços (Castro, 2015).

Os benefícios económicos futuros para Silva *et al.*, (2016) são um dos requisitos da definição e reconhecimento de um ativo intangível, podendo incluir réditos de venda de produtos ou serviços, poupanças de custos, ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela empresa.

Segundo Rodrigues (2003) grande parte dos activos intangíveis detidos pelas empresas não são reconhecidos nas demonstrações financeiras por falta de condições e instrumentos adequados para serem identificados e mensurados de forma fiável.

Um ativo intangível para ser reconhecido é necessário ter a possibilidade de ser separado e identificado, por vezes é impossível separar e identificar singularmente, e o poder de controlo por parte da entidade na obtenção de benefícios económicos futuros e limitando outros a esses benefícios (Sacui e Prediscan, 2011). A dificuldade, por vezes, em identificar e avaliar a descoberta de um ativo intangível, revela-se de enorme importância pela possibilidade de gerar benefícios económicos futuros (Tulvinski, 2018).

A probabilidade dos benefícios económicos futuros fluírem para a organização e o seu valor fielmente determinado são condições fundamentais para o seu reconhecimento (Lopes, 2013).

A mensuração¹ inicial dos ativos intangíveis deve ser feita ao custo (NCRF 6, § 24). De acordo com a NCRF 6 (§ 27) quando o ativo é adquirido separadamente, o seu custo é determinado pelo seu preço de compra mais qualquer custo que tenha sido atribuído na preparação do ativo para o seu uso. Para os ativos gerados internamente a NCRF 6 (§ 64) determina que o custo compreenda todos os custos atribuídos diretamente para criar, produzir e preparar o ativo para ser capaz de funcionar da forma pretendida. A NCRF (§ 49) no caso dos ativos intangíveis gerados internamente, reconhece a dificuldade na avaliação para o reconhecimento do ativo quando se verificam situações como 1) identificar se e quando existe um ativo identificável que gere benefícios económicos futuros e 2) determinar fiavelmente o custo do ativo. Para estes ativos é importante esclarecer os conceitos “fase de pesquisa” e “fase de desenvolvimento”. Relativamente à fase de pesquisa, a NCRF 6 (§ 52) explica que os dispêndios obtidos nesta fase devem ser reconhecidos como gasto aquando da sua ocorrência, e que na fase de pesquisa a entidade não pode demonstrar que existe um ativo intangível que poderá vir a gerar benefícios económicos futuros (§ 53).

Relativamente à fase de desenvolvimento a NCRF 6 menciona que um ativo intangível proveniente desta fase deve ser reconhecido apenas se a entidade for capaz de demonstrar condições previstas no § 55.

Se a entidade não puder distinguir a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento de um projeto gerado internamente, então a entidade deve tratar o dispêndio como se fosse incorrido apenas na fase de pesquisa (NCRF 6, § 51).

Para a OCDE (2006) a dificuldade existente na avaliação de alguns ativos intangíveis originam o não reconhecimento, que associado à sua crescente criação de valor, traduz-se uma perda de importância das demonstrações financeiras e do valor destes ativos para os investidores.

Segundo Bandeira (2010) os ativos intangíveis encontram-se subavaliados e são uma importante vantagem competitiva das empresas, verificando-se um diferencial entre o valor contabilístico e o valor de mercado.

Para Lev e Moharman (2017), referindo-se à revitalização do relato financeiro, sendo a riqueza gerada nas empresas cada vez mais por recursos de natureza intangível, deveriam ser reconhecidos na contabilidade; não sendo considerados estes recursos como ativos intangíveis a informação financeira divulgada aos investidores pode apresentar-se pouco útil.

¹ Na mensuração subsequente, a NCRF 6 prevê o modelo do custo e o modelo de revalorização.

De acordo com Rodrigues (2003) o não reconhecimento de ativos intangíveis nas demonstrações financeiras afeta a tomada de decisões económicas dos *stakeholders* por deficiente informação disponível.

De acordo Nichita (2019) não existe consenso nos investigadores quanto à definição, medição, critérios de reconhecimento e divulgação referentes aos ativos intangíveis, mas reconhecem a contribuição importante destes activos para impulsionar a competitividade, o desempenho e os lucros das empresas.

Para Alves e Pascoal (2017) uma adequada mensuração, reconhecimento e divulgação da informação que reflita a situação económica da empresa faz com que a contabilidade seja útil para a tomada de decisão.

Segundo Pastor *et al.*, (2017) é necessário encontrar um acordo e estabelecer um consenso na valoração dos ativos identificáveis, dos ativos de conhecimento e do capital intelectual (humano, estrutural e relacional).

Os normativos contabilísticos (NCRF 6 e IAS 38) classificam os ativos intangíveis em:

1. ativos intangíveis adquiridos;
2. ativos intangíveis gerados internamente.

A Comissão Europeia (CE, 2003), tendo em consideração o estudo realizado pelas Universidades de Melbourne e de Ferrara e pelo NYU Stern School of Business em 2003 para a Comissão Europeia, propõe a classificação dos ativos intangíveis em:

1. propriedade intelectual (intangíveis protegidos por direitos legais ou contratuais: patentes, *copyrights*, licenças, etc.).
2. ativos intangíveis identificáveis separadamente (sistemas de informação, processos administrativos, segredos industriais, etc.)
3. ativos intangíveis não identificáveis separadamente (incluídos no *goodwill*).

Os ativos intangíveis adquiridos são ativos, por exemplo as patentes, adquiridos numa transação comercial a uma entidade, separadamente ou como parte de uma concentração de atividades empresariais². Com exceção do *goodwill*, geralmente não existem dúvidas no reconhecimento e mensuração daqueles ativos nas demonstrações financeiras das empresas, dado que a existência de um custo de aquisição, resultante de uma transação económica livre, fornece uma base de valor fiavelmente mensurável do ativo (CE, 2003). Relativamente aos ativos intangíveis gerados internamente, a não existência de uma transação económica de referência na qual tenha sido acordado um preço, pelo facto de serem gerados internamente, e a existência de dúvidas se e quando o dispêndio ocorrido para desenvolver o ativo começará a gerar benefícios económicos que fluam para a entidade, levanta problemas quando se pretende efetuar a contabilização (Zéghal e Maaloul, 2011).

É neste tipo de ativos que se enquadram os ativos resultantes da investigação e desenvolvimento. Segundo Lopes (2013) “a maior parte destes recursos não aparecem nos relatos financeiros, mas representam na verdade uma parcela importante no valor de mercado das empresas, o qual está alicerçado num conjunto de relações e privilégios, legalmente protegidos ou não”.

² O *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais é um caso muito complexo e estudado na literatura, que não será analisado pois não é objeto de estudo desta investigação.

Para Grozeva (2015) e Zéghal e Maaloul (2011) o tratamento contabilístico dos ativos gerados internamente é efetuado tendo em consideração as orientações da IAS 38.

De acordo com Hunter *et al.*, (2012) existe uma substancial diferença de tratamento contabilístico dos dispêndios entre os ativos intangíveis adquiridos e os gerados internamente.

Nichita (2019) aborda a controvérsia que envolve o reconhecimento e a mensuração dos ativos intangíveis, e baseando-se a nova economia no conhecimento e tecnologia, deveriam ser emitidas novas diretrizes para o reconhecimento, mensuração e divulgação de forma a garantir relatórios fiáveis e de qualidade.

2.2.3 Atividades de I&D

O reconhecimento contabilístico dos dispêndios em I&D tem originado várias discussões ao nível do tratamento contabilístico, ficando bem patente na literatura que não existe consenso sobre este tema.

Os ativos intangíveis gerados internamente para que sejam reconhecidos devem satisfazer os critérios de reconhecimento previstos na NCRF 6.

De acordo com a NCRF 6 por vezes é difícil avaliar se um ativo intangível gerado internamente se qualifica para reconhecimento por três razões fundamentais: por dificuldades de identificabilidade; de geração de benefícios económicos futuros e dificuldades na determinação fiável do custo do ativo.

Nalguns casos, o custo de gerar internamente um ativo intangível não pode ser distinguido do custo de manter ou aumentar o *goodwill* da empresa gerado internamente ou do decorrer operacional do dia-a-dia, uma empresa terá que avaliar se um ativo intangível gerado internamente satisfaz os critérios de reconhecimento, classificando os ativos na fase de pesquisa ou na fase de desenvolvimento (Silva *et al.*, 2016).

Para Bandeira (2010) apesar de uma relação forte entre as fases de pesquisa e de desenvolvimento, sendo o desenvolvimento a consequência da pesquisa, estes são conceitos distintos.

De acordo com a OCDE (2015) a I&D compreende três tipos de atividade:

1. investigação básica: diz respeito a todo o trabalho teórico para a aquisição de novos conhecimentos, sem qualquer aplicação específica ou utilização;
2. investigação aplicada: corresponde à investigação original, ou seja, é elaborada com vista à aquisição de novos conhecimentos e é dirigida para uma finalidade ou um objetivo específico;
3. desenvolvimento experimental: engloba o trabalho sistemático com base nos conhecimentos adquiridos através da investigação básica e aplicada.

De acordo com a NCRF 6 (§ 8) a fase de pesquisa “é a investigação original e planeada levada a efeito com a perspectiva de obter novos conhecimentos científicos ou técnicos”.

Segundo Grozeva (2015) a IAS 38 refere que a fase de pesquisa é a investigação original com o objetivo de obter novos conhecimentos, e que a fase de desenvolvimento é a fase de concretização resultante da fase da investigação em novos conhecimentos técnicos ou científicos.

Nenhum ativo intangível proveniente da fase de pesquisa deve ser reconhecido como ativo intangível porque não cumpre os critérios de reconhecimento, isto é, a empresa não pode demonstrar que existe um ativo

intangível que irá gerar benefícios económicos futuros prováveis, devendo o dispêndio ser considerado um gasto quando for incorrido (Silva *et al.*, 2016).

Se a empresa não conseguir distinguir as fases de pesquisa e de desenvolvimento num projeto interno para criar um ativo intangível, a empresa trata o dispêndio nesse projeto como se fosse incorrido somente na fase da pesquisa (NCRF 6 § 51).

De acordo com Bandeira (2010) as diretrizes das organizações internacionais de contabilidade podem resultar num desincentivo à inovação e aparenta contrastar com o interesse de vários governos que pretendem impulsionar as atividades de pesquisa com incentivos financeiros ou fiscais.

Segundo Maranzato e Salerno (2018: 461) a “pesquisa deve desenvolver novas tecnologias que alavancam novas plataformas de negócio, e fase de desenvolvimento tem que projetar com sucesso novos produtos e processos, ou novas versões existentes destes”.

Segundo a NCRF 6 (§ 8) a fase de desenvolvimento é “a aplicação das descobertas derivadas da pesquisa ou de outros conhecimentos a um plano ou conceção para a produção de materiais, mecanismos, aparelhos, processos, sistemas ou serviços, novos ou substancialmente melhorados, antes do início da produção comercial ou uso”.

Quanto à fase de desenvolvimento, para que seja reconhecido um ativo intangível criado nesta fase, a empresa terá que conseguir demonstrar um conjunto de condições que, cumulativamente, terão que ser cumpridas, a saber:

1. a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou venda;
2. a sua intenção de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
3. a sua capacidade de usar ou vender o ativo intangível;
4. a forma como o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros, nomeadamente a existência de um mercado ou, se for para ser usado internamente, a utilidade do ativo intangível;
5. a disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível;
6. a sua capacidade para mensurar fiavelmente o dispêndio atribuível ao ativo intangível durante a sua fase de desenvolvimento (NCRF 6 § 56).

Os projetos de pesquisa que sejam adquiridos como parte de uma combinação de negócios têm tratamento diferente, sendo geralmente reconhecidos como ativos. A NCRF 6 elenca itens que não devem ser reconhecidos como ativos intangíveis: as marcas, cabeçalhos, títulos de publicações, listas de clientes e itens substancialmente semelhantes gerados internamente. Estes dispêndios não podem ser distinguidos do custo de desenvolver a empresa no seu todo, não sendo reconhecidos como ativos intangíveis (Silva *et al.*, 2016).

De acordo com Chen *et al.*, (2017), considerando a IAS 38, quando cumpridas as condições necessárias relativas à sua conclusão são capitalizados os custos de desenvolvimento, sendo que na fase de pesquisa, os custos iniciais incorridos são gastos.

Segundo Bandeira (2010) o desenvolvimento está associado à exploração planeada e controlada da descoberta, sendo suscetível de proporcionar benefícios económicos futuros.

O problema dos benefícios económicos futuros, ao não serem comprovados limitam a capitalização Shah *et al.*, (2013).

Shah *et al.*, (2013) mencionam que o IASB considera que a exigência do cumprimento condições restritivas prevista no normativo melhora a comparabilidade da informação financeira, reduzindo a subjetividade na capitalização das despesas. Porém, para Shah *et al.*, (2013) a atribuição de mais permissividade na capitalização das atividades de I&D pode ajudar as empresas a reportar informações relevantes aos *stakeholders* e reduzir a assimetria de informação.

O custo de um ativo intangível gerado internamente é igual ao seu custo de produção (soma de todas as despesas incorridas desde a sua data de reconhecimento inicial, isto é, desde a data a partir da qual o elemento tem condições para ser classificado como um ativo intangível), isto é, o custo de um ativo intangível gerado internamente compreende todos os custos diretamente atribuíveis necessários para criar, produzir e preparar o ativo para ser capaz de funcionar da forma pretendida (NCRF 6 § 64), sendo a soma de todos os dispêndios incorridos desde a data em que o ativo intangível satisfaz os critérios de reconhecimento estipulados nos parágrafos 21, 22 e 55 da NCRF 6 (§ 63). Na NCRF 6 (§ 64) encontram-se exemplos de custos diretamente atribuíveis.

Segundo a NCRF 6 (§ 61) os sistemas de custeio de uma empresa podem muitas vezes mensurar com fiabilidade o custo de gerar internamente um ativo intangível, tais como os ordenados e outros dispêndios incorridos para assegurar *copyrights* ou licenças ou para desenvolver *software* de computadores, independentemente de virem a cumprir, ou não, os critérios de reconhecimento previstos na NCRF 6.

De acordo com a NCRF 6 (§ 65) não são custos de um ativo intangível gerado internamente: os dispêndios com vendas, gastos administrativos e outros gastos gerais; perdas operacionais iniciais e ineficiências incorridas antes de o ativo atingir o desempenho planeado e, os dispêndios com a formação do pessoal para utilizar o ativo.

Segundo Hong *et al.*, (2012) as empresas inovam de formas diferentes: investem em I&D internamente, patenteando ativamente; cooperam com parceiros externos ou adquirem tecnologia externamente através de licenciamento; e *design*, marketing e a formação de pessoal.

As despesas em I&D, as despesas com patentes, o anúncio de novos produtos e o investimento em ativos intangíveis são usualmente as medidas usadas na literatura para medir a inovação das empresas (Bistrova *et al.*, 2017).

As despesas em I&D fornecem informações sobre o valor investido em inovação, mas não fornecem informações sobre a eficiência do investimento. Para Bistrova *et al.*, (2017) o maior obstáculo da utilização das despesas em I&D é o facto de as pequenas empresas não relatarem estes gastos separadamente.

Segundo Bistrova *et al.*, (2017) numerosas inovações não são patenteadas e, portanto, as patentes nem sempre apresentam a real capacidade de inovação das empresas.

O estudo de Ayaydin e Karaaslan (2014) demonstra que a I&D tem impacto significativo na performance financeira das empresas, mostrando que o investimento em conhecimento e inovação contribui significativamente para o sucesso financeiro das empresas.

Bandeira (2010) conclui pela existência de uma relação positiva entre atividades de I&D e o valor de mercado da empresa, assim como o aumento da rentabilidade dos capitais próprios por via de incremento de investimento em I&D.

Segundo Cazavan-Jeny *et al.*, (2011) a capitalização tem um impacto negativo no desempenho futuro e a administração tem dificuldade em transmitir informações de performance futura depois de capitalizar I&D.

Cazavan-Jeny e Jeanjean (2006) constatam que as empresas que capitalizam I&D são de pequena dimensão, mais alavancadas, menos lucrativas e com menos crescimento.

Segundo Atoche *et al.*, (2012) as despesas de I&D ao não serem diferenciadas dos outros gastos afetam o valor de mercado dessas empresas.

De acordo com Gelb & Siegel (2000) as despesas com I&D e publicidade geralmente originam patentes, tecnologias e nomes de marcas que sendo intangíveis, são difíceis de valorizar com exatidão, e uma incorreta valorização origina informação financeira pouco útil e importante para os investidores.

Lopes (2013: 158) ao enfatizar a relevância da I&D, salienta que “podem permitir às organizações a edificação de verdadeiros muros de patentes à volta do produto (*Clustering*) ou dos processos (*Bracketing*), capazes de inibir ou até paralisar a ação dos concorrentes”.

3 - Metodologia de investigação

A presente investigação analisa as empresas do setor têxtil, divisão 13 – fabricação de têxteis, empresas não financeiras portuguesas, no período de 2010 a 2017.

Nesta investigação utilizamos os dados contabilísticos da Informação Empresarial Simplificada, disponíveis nas estatísticas *online* do Banco de Portugal nos Quadros do Setor (2018).

Quadro 1: População e amostra em análise: nº de observações empresa ano no período 2010-2017.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
População ³	1.145.390	1.113.559	1.065.173	1.098.409	1.128.258	1.163.082	1.196.102	1.242.693
Amostra:								
Fabricação de têxteis	2.132	2.061	2.068	2.038	2.015	2.056	2.047	2.046

Fonte: Elaboração com base nos dados do INE⁴ e nos Quadros do setor da Central de Balanços do Banco de Portugal

Para a segunda questão da investigação, referente à relação entre I&D e VAB são consideradas como amostra as empresas referentes à fabricação de têxteis, divisão 13 da CAE Rev.3, no período 2010 a 2017 das empresas com despesa em I&D por atividade económica (CAE Rev. 3).

No segundo momento da investigação e no sentido de dar resposta às questões de investigação foram formuladas as hipóteses de investigação presentes nos quadros 2 e 3.

³ A população são as empresas não financeiras portuguesas.

⁴https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=437546392&PUBLICACOESmodo=2 Acedido a 7 de agosto de 2021

Quadro 2: Questões de investigação por tema e respetiva formulação de hipóteses de investigação

Tema I	<p style="text-align: center;">Questão de investigação (QI1) “Existe relação entre o VAB e os ativos intangíveis no setor têxtil português?”</p>
VAB e Ativos intangíveis	<p style="text-align: center;">Para o <u>subsetor Fabricação de têxteis</u></p> <p>Ho1: Não existe relação entre o VAB e os AI Ha1: Existe relação entre o VAB e os AI</p>
	<p style="text-align: center;">Para o <u>subsetor Fabricação de têxteis</u> tendo em conta a <u>dimensão das empresas</u></p> <p>Ho2: Não existe relação entre o VAB e os AI independentemente da dimensão das empresas Ha2: Existe relação entre o VAB e os AI segundo a dimensão da empresa</p>

Legenda: VAB-Valor Acrescentado Bruto; AI-Activo Intangível

Quadro 3: Questões de investigação por tema e respetiva formulação de hipóteses de investigação

Tema II	<p style="text-align: center;">Questão de investigação (QI2) “Existe relação entre o VAB e I&D no setor têxtil português?”</p>
VAB e I&D ⁵	<p style="text-align: center;">Para o <u>subsetor Fabricação de têxteis</u></p> <p>Ho3: Não existe relação entre o VAB e I&D Ha3: Existe relação entre o VAB e I&D</p>
	<p>Ho4: Não existe relação entre o VAB e IA+DE Ha4: Existe relação entre o VAB e IA+DE</p>
	<p>Ho5: Não existe relação entre o VAB e DE Ha5: Existe relação entre o VAB e DE</p>

Legenda: VAB-Valor Acrescentado Bruto; I&D–Investigação e Desenvolvimento; IF-Investigação Fundamental; IA-Investigação Aplicada; DE-Desenvolvimento Experimental

Tendo em consideração as hipóteses presentes nos quadros 2 e 3, e com a finalidade de se testar a relação/associação entre as variáveis já mencionadas, ir-se-á recorrer à análise bivariada, com o objetivo de poder corroborar (ou não) as hipóteses de investigação. As medidas que serão implementadas na análise bivariada serão o coeficiente de correlação linear de Pearson (paramétrico) para variáveis cuja sua distribuição seja normal e/ou em alternativa o coeficiente de correlação de Spearman (não paramétrico), que contempla a violação da distribuição da normalidade em pelo menos uma das distribuições das variáveis em análise.

As formulações das hipóteses subjacentes à relação entre as variáveis são dadas por:

H₀: $\rho=0$ (as variáveis não estão correlacionadas linearmente - são independentes)

H₁: $\rho \neq 0$ (as variáveis estão correlacionadas linearmente - são dependentes).

As referidas medidas serão acompanhadas pela respetiva significância estatística, para um nível de significância alfa (erro tipo I) fixo de 5%.

⁵ De acordo com o INE para a I&D estão contempladas as seguintes categorias de atividade: investigação fundamentada, investigação aplicada e desenvolvimento experimental.

Caso seja utilizado o coeficiente de correlação de Pearson a notação será ρ_P , caso contrário designaremos ρ_S para o coeficiente de correlação de Spearman. Para a interpretação dos valores das medidas de associação/relação será usada a tabela 4.

O teste adotado para aferir a normalidade das distribuições será o teste de Shapiro Wilk (SW), uma vez que a dimensão do número de observações (série temporal de 8 anos) em análise por grupo considerado é de reduzida dimensão, caso contrário utilizar-se-á o teste de Kolmogorov-Smirnov (KS).

Como suporte é utilizado o *software* estatístico *R* (*R Core Team*, (2020)). A informação será organizada em quadros elaborados com a dimensão das empresas (micro, pequenas, médias e grandes Empresas) e distribuídas no período 2010- 2017, segundo o ativo intangível / VAB e VAB / I&D.

No que diz respeito à formulação das hipóteses para o teste à normalidade das distribuições, estas serão da forma:

H_0 : a distribuição dos valores da variável x na população de onde foi retirada a amostra é normalmente distribuída;

H_1 : a distribuição dos valores da variável x na população de onde foi retirada a amostra não é normalmente distribuída;

Salvo indicação em contrário o nível de significância α (erro tipo I) fixado será de 5% ($\alpha=0,05$). A tomada de decisão utilizada nos referidos testes de hipóteses será: se o valor- $p < \alpha$, rejeitar-se-á a hipótese nula (**H_0**); caso contrário não se rejeitará a **H_0** .

4 - Resultados empíricos e discussão

No quadro dos resultados estão presentes os coeficientes de correlação de Pearson (paramétrico) e de Spearman (não paramétrico), coeficientes esses que irão traduzir a intensidade da relação entre as variáveis.

A apresentação dos resultados empíricos encontra-se sintetizada nos quadros 4 e 5.

Quadro 4: Síntese dos resultados relativos a cada teste estatístico que permitem corroborar as hipóteses de investigação

Hipóteses	Leitura dos testes estatísticos utilizados para validar cada hipótese de investigação	Resultados
H1	O coeficiente de correlação linear de Pearson corrobora a existência de uma relação positiva muito forte e estatisticamente significativa entre VAB e AI no subsetor fabricação de têxteis. Os AI são determinantes no desempenho do VAB neste subsetor.	rp=0.772; valor-p<0.01
H2	O coeficiente de correlação linear de Pearson corrobora a existência de uma relação positiva muito forte e estatisticamente significativa entre VAB e AI no subsetor fabricação de têxteis em empresas de média dimensão. Os AI são determinantes no desempenho do VAB neste subsetor em empresas de dimensão média.	rp=0.7; valor-p<0.01

Quadro 5: Síntese dos resultados relativos a cada teste estatístico que permitem corroborar as hipóteses de investigação

Hipóteses	Leitura dos testes estatísticos utilizados para validar cada hipótese de investigação	Resultados
H3	O coeficiente de correlação linear de Pearson corrobora a existência de uma relação positiva muito forte e estatisticamente significativa entre VAB e I&D no subsetor fabricação de têxteis. A I&D é determinante no desempenho do VAB neste subsetor.	rp=0.795; valor-p<0.01
H4	O coeficiente de correlação linear de Pearson corrobora a existência de uma relação positiva muito forte e estatisticamente significativa entre VAB e (IA+DE) no subsetor fabricação de têxteis. Os IA+DE são determinantes no desempenho do VAB neste subsetor.	rp=0.757; valor-p<0.01
H5	O coeficiente de correlação linear de Pearson corrobora a existência de uma relação positiva assinalável e estatisticamente significativa entre VAB e DE no subsetor fabricação de têxteis. O DE é determinante no desempenho do VAB neste subsetor.	rp=0.614; valor-p<0.05

Com base na leitura do quadro 4, salienta-se que pelo coeficiente de correlação de Pearson ($r_p = 0,772$) verifica-se uma relação muito forte com significância estatística (valor-p 0,001) (Davis, 1971: 49, citado por Guimarães, 2018: 31) entre ativos intangíveis e VAB (subsetor fabricação têxtil)

Se for considerada a análise com a informação subdividida pela dimensão (micro, pequenas, médias e grandes) verifica-se uma relação muito forte com significância estatística ($r_p = 0,7$; valor-p 0,001) para as empresas de dimensão média

De notar no quadro 5, valores de correlação positivos e muito fortes com significância estatística entre o VAB e a I&D (IF+IA+DE) referentes à fabricação têxtil, bem como entre o VAB e a IA+DE e entre o VAB e DE (no limite do nível de significância).

5 – Conclusões

A análise das relações entre os ativos intangíveis e o VAB e entre a I&D e o VAB foi objeto de estudo através da estatística inferencial com recurso aos coeficientes de correlação de Pearson (paramétrico) e de Spearman (não paramétrico).

Os resultados dos testes de hipóteses, patentes no quadro 4, permitem corroborar a questão de investigação (QI₁), tendo sido verificadas a admissibilidade das hipóteses alternativas (Ha₁).

Relativamente a Ha₂ apenas é possível assinalar uma correlação estatisticamente significativa para as médias empresas.

Os resultados permitem a conclusão e simultaneamente inferir que existe uma relação entre os ativos intangíveis e o VAB no subsetor fabricação de têxteis.

Os resultados dos testes de hipóteses, patentes no quadro 5, permitem corroborar a questão de investigação (QI₂), tendo sido verificadas a admissibilidade das hipóteses alternativas (Ha₃, Ha₄ e Ha₅). Os resultados permitem a conclusão e simultaneamente inferir que existe uma relação entre a I&D e o VAB no subsetor fabricação de têxteis.

Este trabalho pretende ser um contributo inovador para as comunidades académica e empresarial, por permitir um conhecimento aprofundado das relações entre os ativos intangíveis e I&D com o VAB, no período pós definhamento da fileira têxtil (entre 2002 e 2009) e entrada em vigor do SNC (2010).

Como limitação à investigação destaca-se a ausência de investigações nos temas investigados, não sendo possível a comparação de resultados.

6 – Bibliografia

- Almeida, A. S. (2018). Transporte aéreo e desenvolvimento regional. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/84898>
- Alves, M., & Pascoal, M. (2017). Mensuração e reconhecimento contabilístico dos ativos biológicos: um estudo de caso. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 46-66.
- Aparaschivei, L., Vasilescu, M., & Cataniciu, N. (2011). The impact of investments and gross value added upon earnings. *Theoretical & Applied Economics*, 18(2), 207- 218.

- Atoche, T. D., López, J. P., & Ruiz, J. C. (2012). La Relevância de los gastos de I+D. estudio empírico en el sector del automóvil. *Revista de Contabilidad : Spanish Accounting Review - RC-SAR*, 15(2), 257-286.
- Austin, L. (2007). Accounting for intangible assets. *University of Auchland Business Review*, 9(1), 63-72.
- Ayaydin, H., & Karaaslan, İ. (2014). The Effect of Research and Development Investment on Firm's Financial Performance: Evidence from Manufacturing Firms in Turkey. *The Journal of Knowledge Economy & Knowledge Management*, 9(1), 23-39.
- Bandeira, A. (2010). Valorização de Ativos Intangíveis Resultantes de Atividades de I&D. *Working Papers (FEP) - Universidade do Porto*, 262, 1-35.
- Bezic, H., & Radic, M. (2017). Tourism foreign direct investment led tourism gross value added: a co-integration and causality analysis of Croatia tourism. *Economic Research-Ekonomska Istrazivanja*, 30(1), 1443-1460.
- Bistrova, J., Lace, N., Tamosiuniene, R., & Kozlovskis, K. (2017). Does firm's higher innovation potential lead to its superior financial performance? Case of CEE countries. *Technological and Economic Development of Economy*, 23(2), 375-391.
- Cañibano, L. (2018). Accounting and intangibles. *Revista de Contabilidad:Spanish Accounting Review*, 21(1), 1-6.
- Cañibano, L., Garcia-Ayuso, M. & Sanchez, P. (2000). Accounting for Intangibles: A Literature Review. *Journal of Accounting Literature*, 19, 30-102.
- Castro (2015). O tratamento contabilístico-fiscal dos ativos intangíveis. Dissertação de mestrado, Universidade Católica.
- Cazavan-Jeny, A., & Jeanjean, T. (2006). The negative impact of R&D capitalization: A value relevance approach. *European Accounting Review*, 15(1), 37-61.
- Cazavan-Jeny, A., Jeanjean, T., & Joos, P. (2011). Accounting choice and future performance: The case of R&D accounting in France. *Journal of Accounting and Public Policy*, 30(2), 145-165.
- Chen, E., Gavius, I., & Lev, B. (2017). The positive externalities of IFRS R&D capitalization: enhance voluntary disclosure. *Review of Accountig Studies*, 22(2), p677-714.
- Comissão Europeia (2003). Study on the measurement of intangible assets and associated reporting practices. <https://ec.europa.eu/docsroom/documents/23101/attachments>. Acedido em abril de 2022.
- Comissão Europeia (2010). Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/6a915e39-0aab-491c-8881-147ec91fe88a/language-pt/format-PDF?msclkid=4ae7aee1d08a11ec8ee3985da8d39ea0>. Acedido em abril de 2022.
- Correia, C., & Costa, V. (2016). Avaliação do Impacto dos fundos do QREN no desempenho económico e financeiro das PME: o caso da indústria transformadora do concelho de Barcelos. *Portuguese Journal of Finance, Management and Accountig*, 2(4), 76-99.
- Cruz, J. S., & Alves, M. V. (2013). Capital intellectual: práticas de divulgação de informação em empresas portuguesas. *Revista Universo Contábil*, 9 (2), 174-194.
- Direção Geral das Atividades Económicas (2018). Sinopse Têxtil Vestuário. <https://www.dgae.gov.pt/sinopse-textil-vestuario>. Acedido abril de 2022.

- Figueira, M. F. (2005). Formação profissional e a produtividade no setor hoteleiro: um problema para o desenvolvimento sustentável da Madeira. Dissertação de Mestrado, Universidade da Madeira. <http://hdl.handle.net/10400.13/249>
- Gelb, D., & Siegel, P. (2000). Intangible Assets and Corporate Signaling. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 15, 307-323.
- Gomes, J., & Pires, J. (2015). SNC - Sistema de Normalização Contabilística - Teoria e Prática. *Vida Económica*, 5ª Edição.
- Grozeva, N. (2015). Intangibles assets and financial disclosure quality. *Economic Archive/Narodnostopanski Arhiv*, 4, 65-74.
- Hong, S., Oxley, L., & McCann, P. (2012). A survey of the innovation surveys. *Journal of Economic Surveys*, 26(3), 420-444.
- Instituto Nacional de Estatística (2017). Metainformação. https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0008547&lingua=PT. Acedido em janeiro de 2022.
- Instituto Nacional de Estatística (2018). Como se calcula o PIB. https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=340538499&att_display=n&att_download=y. Acedido em janeiro de 2022.
- Kaio, E. K., Kimura, H., Martin, D. L., & Nakamura, W. T. (2006). Ativos Intangíveis, ciclo de vida e criação de valor. *Revista de Administração Contemporânea*, 10(3), 73-90.
- Kaplan, R., & Norton, D. (2004). Measuring the strategic readiness of intangible assets. *Harvard Business Review*, 82(2), pp. 52-63.
- Lev, B. (2018). Capitalism without Capital: the rise of the intangible economy. *Business History Review*, 92(2), 388-389.
- Lev, B., & Moharman, P. (2017). The end of accounting. *Rotman Management*, 46-51.
- Lopes, I. T. (2009). A problemática dos Intangíveis-Análise do setor da aviação civil em Portugal. Tese de Doutoramento em Gestão de Empresas, Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/9708>
- Lopes, I.T. (2013): A Gestão do Capital Intelectual e dos Intangíveis na Era do Conhecimento, *Escolar Editora*, Lisboa.
- Maranzato, F. P., & Salerno, M. S. (2018). Integração entre pesquisa e desenvolvimento: Uma perspectiva de capacidades dinâmicas. *Revista de Administração de Empresas*, 58(5), 460-474.
- Nakamura, L. (2010). Intangibles assets and National income accounting. *Review of Income & Wealth*, 56(Supplement. 1), 135-155.
- Nichita, E.-M. (2019). Intangible assets – insights from a literature review. *Accounting and Management Information Systems*, 18(2), 224-261.
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro 6 - Ativos Intangíveis. http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/SNC/2016/Aviso_8256_2015_29Jul_NCRF_RG.pdf. Acedido em fevereiro de 2022.
- Norma Internacional de Contabilidade 38 - Ativos Intangíveis. [http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/IAS_IFRS_UE/REG_1126_2008_consol_a_01Jan2019\(reg1174\).pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/IAS_IFRS_UE/REG_1126_2008_consol_a_01Jan2019(reg1174).pdf). Acedido em fevereiro de 2022.

- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2006). Intellectual Assets and Value Creation: Implications for Corporate Reporting. OCDE: <https://www.oecd.org/corporate/ca/corporategovernanceprinciples/37811196.pdf>. Acedido em janeiro de 2022.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2013). Supporting Investment in knowledge Capital, Growth and Innovation OECD Publishing. OECD Multilingual Summaries (Summary in Portuguese): <https://www.oecdilibrary.org/docserver/9789264193307-sumpt.pdf?expires=1581777238&id=id&accname=guest&checksum=1FE1755AC6E62F20880347265D676CF0>. Acedido em janeiro de 2022.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2015). Manual de Frascati. <https://www.oecdilibrary.org/docserver/9789264239012-en.pdf?expires=1633187116&id=id&accname=guest&checksum=1F22D9DA855B0170E97A88A32C2C30C3>. Acedido em janeiro de 2022.
- Pastor, D., Glova, J., Lipták, F., & Kovác, V. (2017). Intangibles and methods for their valuation in financial terms: literature review. *OmniaSciense - Intangible Capital*, 13(2), 387-410.
- Pereira, O., Vieira, E., & Gomes, S. (2017). A competitividade regional externa das NUTS II de Portugal e Espanha. *European Journal of Applied Business Management*, 3 (1), 68-85. <http://hdl.handle.net/1822/45809>
- Perez, M. M., & Famá, R. (2006). Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. *Revista Contabilidade & Finanças-USP*, 17(40), 7-24.
- Reilly, R. F. (2018). Valuation of intangible assets in family law cases: part I of III. *American Journal of Family Law*, 32(2), 51-59.
- Rodrigues, A. G. (2003). O goodwill nas contas consolidadas: uma análise dos grupos não financeiros portugueses. Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/467>
- Rodrigues, R. (2012). Análise económica da fileira florestal. Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/5229>
- Sacui, V., & Prediscan, M. (2011). The intangible assets investments characteristics and the accounting treatment. *Annals of the University of Oradea: Economic Science Series*, 20(1), 295-300.
- Shah, S. Z., Liang, S., & Akbar, S. (2013). International financial reporting standards and the value relevance of R&D expenditures: Pre and post IFRS analysis. *International Review of Financial Analysis*, 30, 158-169.
- Silva, M. L. R., Rua, S. C., & Quesado, P. R. (2016). O tratamento contabilístico dos ativos intangíveis: SNC versus SNC-AP. Congresso Internacional de Contabilidade Pública. <https://www.occ.pt/news/cicpublica2016/pdf/26.pdf>. Acedido em janeiro de 2022.
- Tulvinschi, M. (2018). Recognition and assessment of identifiable and unidentifiable intangible assets. *USV Annals of Economics and Public Administration*, 18(2 (28)), 99-106.
- Vieira, E., & Neira, I. (2004). Análise comparativa regional de Espanha e Portugal: implicações da investigação no desenvolvimento industrial. *Regional and Sectoral Economic Studies*. AEEADE, 4 (1), 107-121.
- Zéghal, D., & Maaloul, A. (2011). The accounting treatment of intangibles - A critical review of the literature. *Accounting Forum*, 35(4), 262-274.